

O Turismo no Espaço Rural dos Campos de Cima da Serra – Rio Grande do Sul, Brasil

Magda Micheline Spindler¹

Lisiane Scherer²

Andiara de Souza Valentini³

Eurico de Oliveira Santos⁴

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Resumo: A região dos Campos de Cima da Serra está situada no nordeste do Rio Grande do Sul (Brasil). Ao longo de décadas, o desenvolvimento do espaço rural pautou-se majoritariamente em atividades agrícolas, no entanto, tais atividades com o passar dos anos, não proporcionavam mais os rendimentos necessários à sobrevivência das famílias rurais. Atividades não-agrícolas foram então incorporadas a economia deste espaço, entre as quais destaca-se o turismo. A este artigo compete identificar a presença, as particularidades e a importância da atividade turística, para os proprietários e suas famílias, nos Campos de Cima da Serra. Atualmente os rendimentos advindos da atividade turística sobressaem-se em 58,8% das propriedades dos Campos de Cima da Serra, se comparados aos rendimentos provenientes das atividades agropecuárias.

Palavras-chave: Turismo; Turismo no Espaço Rural; Campos de Cima da Serra; Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas.

1 – Introdução

Os Campos de Cima da Serra é uma região geográfica localizada no nordeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Em sua constituição geográfica destacam-se os cânions, as coxilhas, a mata de araucárias, as cachoeiras, os rios, entre outras características. Outra particularidade dessa região é o modo de vida, especialmente no que se refere às pessoas que permaneceram no campo, as quais continuam desenvolvendo atividades junto ao espaço rural, sejam elas atividades agrícolas ou não-agrícolas.

Ao longo das últimas décadas, o setor primário passou por importantes transformações: as novas tecnologias possibilitaram mudanças nos processos de plantio, cultivo e colheita, além de oferecer benefícios à pecuária. No entanto, há uma dicotomia nesse

¹ Bacharel em Turismo pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* magda.spindler@gmail.com

² Bacharel em Turismo pela Universidade Feevale (FEEVALE). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* scherer.lisiane@gmail.com

³ Tecnóloga em Hotelaria pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* andivalentini@hotmail.com

⁴ Doutor em Ciências Agropecuárias e Recursos Naturais pela Universidade Autônoma do Estado do México. Docente do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* eurico58@terra.com.br

processo: ao mesmo tempo em que houveram avanços, ocorreram alguns retrocessos, no sentido de redução do tempo dispensado às atividades agrícolas, o que resulta na diminuição dos rendimentos advindos do campo. Essa situação acabou por fomentar o êxodo rural e a necessidade de outras fontes de renda tornou-se eminente.

A possibilidade de novas fontes de rendas tornou-se viável por meio das atividades não agrícolas. Os moradores dos espaços rurais passaram então a desenvolver outras atividades econômicas, sejam elas dentro ou fora dos limites da própria propriedade. Entre as opções de complementação de renda às famílias, podemos destacar o Turismo no Espaço Rural (TER).

O presente estudo, realizado a partir de um censo obtido junto às propriedades rurais das cidades de Bom Jesus, São José dos Ausentes e Vacaria, integrantes do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Campos de Cima da Serra (CCS), entre os meses de outubro de 2010 e janeiro de 2011, dividindo-se entre pesquisa bibliográfica e de campo, tem como desígnio identificar a presença, as particularidades e a importância da atividade turística, para os proprietários e suas famílias, nos Campos de Cima da Serra.

2 – Metodologia

A presente pesquisa examinou as propriedades rurais que desenvolvem atividades turísticas na região Campos de Cima da Serra, onde Bom Jesus, São José dos Ausentes e Vacaria, são os únicos municípios dessa região onde ocorre a atividade turística no espaço rural.

Na primeira fase da pesquisa, de caráter exploratório, elaboramos uma lista contendo a relação das propriedades rurais existentes que desenvolvem a atividade turística no espaço rural nesses três municípios. Para a elaboração dessa listagem foram utilizados os *websites* da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR-RS), da Rota Turística Campos de Cima da Serra e das Prefeituras. Posteriormente, realizamos contato telefônico com as propriedades para explicar brevemente o projeto, bem como agendar visita e entrevista.

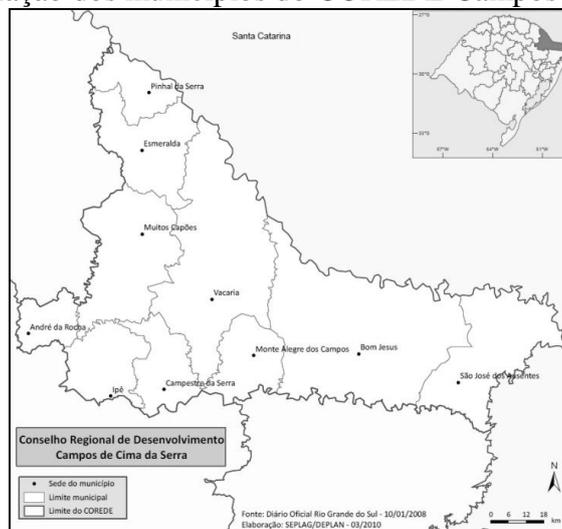
Na segunda fase do projeto, as propriedades foram visitadas, ocasião em que foram realizadas com os proprietários entrevistas estruturadas constituídas de perguntas

abertas e fechadas, as quais foram aplicadas a todos os entrevistados. O registro das entrevistas com os proprietários foi feito por escrito e elas tiveram duração aproximada de duas horas. As perguntas abordaram características da propriedade, do proprietário e das atividades econômicas nelas realizadas, inclusive as atividades turísticas.

3 – Os Campos de Cima da Serra

Como referência para essa pesquisa, utilizamos a divisão municipal estabelecida pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Campos de Cima da Serra (CCS), o qual é composto por dez municípios: André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria (IBGE, 2010; FEE, 2011). A Figura 1 apresenta a localização dos municípios integrantes deste COREDE.

Figura 1: Localização dos municípios do COREDE Campos de Cima da Serra.



Fonte: Atlas Sócio Econômico (2011).

Os COREDEs foram criados a partir da Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e objetivam a promoção do desenvolvimento regional de maneira harmônica e sustentável (RIO GRANDE DO SUL, 1994). O COREDE Campos de Cima da Serra atinge uma extensão territorial de 10.404,611Km² e possui população total de 98.018 habitantes, tendo sua densidade demográfica de 9,4 hab./Km². O PIB (per capita)

alcançou R\$ 16.035,00 no ano de 2008 de acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2011).

Essa região possui as maiores altitudes do Rio Grande do Sul. No município de São José dos Ausentes, está situado o Pico Monte Negro que atinge 1.403m acima do nível do mar, o qual é respeitado como o ponto mais alto do Estado. A região é também considerada uma das mais frias, com temperaturas que oscilam entre 18° e 20°C, podendo a mínima atingir até -10°C nos meses de junho e julho (inverno no Hemisfério Sul).

Figura 2: Paisagem dos Campos de Cima da Serra



Fonte: Magda M. Spindler (2010)

O clima é o subtropical e o bioma característico dos CCS é a Mata de Araucárias, com a presença de capões e campos nativos. Ao longo dos anos, a vegetação original foi sendo substituída. Com a retirada das araucárias, os capões ficaram reduzidos e espécies exóticas, passíveis de comercialização como o pinus, foram introduzidas na região. Entre algumas características da fisiografia⁵ regional, merecem destaque as coxilhas⁶, o solo basáltico, os campos nativos e os pinheiros de araucária, um dos símbolos da região. A fauna reúne espécies raras de mamíferos de grande porte como o lobo-guará, a suçuarana e o veado-campeiro (RCCS, 2011).

⁵ Descrição da natureza, da terra e dos fenômenos naturais.

⁶ Campo com contínuas e pequenas elevações comumente utilizado para as atividades pecuárias.

4 – O espaço rural e o Turismo nos Campos de Cima da Serra

O espaço rural tinha sua economia, até pouco tempo atrás, pautada quase que exclusivamente no setor primário, ou seja, na agricultura e na pecuária. Este espaço esteve durante muitos anos fechado sobre si mesmo, motivos pelos quais alguns aspectos eram visíveis e caracterizavam este meio: baixa escolaridade de seus moradores, infraestrutura precária, principalmente no que tange aos meios de acesso e energia elétrica, o que lhe traziam reduzidos índices de desenvolvimento e consequentemente pouca valorização. No entanto, aos poucos, o espaço rural vem passando por significativas transformações. O meio rural teve sua constituição, enquanto espaço da esfera produtiva, basicamente estruturada na agricultura e pecuária. Elesbão confirma esta tendência:

A visão simplista do rural como agrícola vai ficando totalmente superada, pelo menos como campo de análise, já que novas funções vão sendo consolidadas e incorporadas nas estratégias de reprodução de muitas das famílias que habitam esse espaço (ELESBÃO, 2007, p. 58).

Elesbão segue apresentando que “o rural, além de espaço produtivo, é lugar de vida, de interação social, condição muitas vezes colocada em segundo plano quando da sua análise”. (ELESBÃO, 2007, p. 02). Nesse cenário, destacam-se os demais setores da economia (secundário e o terciário), assim como os avanços do setor primário, em virtude das novas tecnologias, dos insumos, das alterações biogenéticas que possibilitaram maior rendimento na produtividade de plantas e animais entre outros fatores. Entretanto esses avanços geraram também alguns efeitos negativos na população rural: o tempo dedicado às atividades agrícolas foi minimizado, o que acabou desencadeando outros problemas como a redução da renda, a urgência na obtenção de outras fontes de renda com a intenção de garantir a sobrevivência. O mesmo autor explica sobre os fatores determinantes para o deslocamento rural – urbano:

Há alguns fatores que levam uma pessoa, ou a família, a migrar. Motivações que, geralmente, estão ligadas à própria sobrevivência do indivíduo, mas também a toda uma valoração depreciativa do rural em relação a cidade, que fazia com que os habitantes do campo também desejassem morar na cidade e passar a integrar uma nova realidade de progresso e “desenvolvimento” (ELESBÃO, 2010, p. 163).

No entanto, houveram famílias que preferiram permanecer nas propriedades rurais. Para elas era de suma seriedade encontrar alternativas que viabilizassem sua permanência e que garantissem sua sobrevivência junto ao espaço rural. Veiga explica que uma das possibilidades é desempenhar “atividades externas à agropecuária” (2002, p. 206). Dessa forma, os moradores do espaço rural que até então se dedicavam apenas as atividades agropecuárias, passaram a desenvolver também em suas propriedades, ou fora delas, atividades não-agrícolas, visto que as atividades agrícolas não alcançavam mais o êxito desejado. Cabe destacar que o tempo dedicado às atividades não-agrícolas, pode ser integral ou não, e que a adoção das novas atividades laborais não implica necessariamente em abdicar do espaço rural. Elesbão explica que por meio das atividades não-agrícolas tornou-se possível “prover os meios indispensáveis para o sustento da família” (2010, p. 163). E Veiga, considera as novas práticas econômicas realizadas no espaço rural como “um dos mais preciosos trunfos de desenvolvimento rural” (2002, p. 205). A introdução de atividades turísticas possibilitou novas perspectivas aos seus moradores. Elesbão e Souza salientam que “[...] o papel do turismo no desenvolvimento rural é basicamente econômico e pode ajudar a manter e melhorar a qualidade de vida das populações rurais se desenvolvido em condições de desenvolvimento sustentável” (2011, p. 17).

Assim, com a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas, os moradores do espaço rural passam a desempenhar pluriatividades, as quais possibilitam distintas fontes de rendimentos. Schneider explica que “[...] a pluriatividade é um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura” (2003, p. 10). A pluriatividade possibilita novas funções aos espaços por vezes ociosos nas propriedades, e ainda agregam valor aos seus produtos. Por exemplo, no caso das agroindústrias (setor secundário) além de cultivar frutas, é possível transformá-las em geleias, compotas e sucos. Assim, além de se receber “mais” pelo que é produzido nas propriedades, existe a possibilidade da geração de novos postos de trabalho no próprio espaço rural, o que é extremamente importante.

Nesse novo espaço rural marcado pela pluriatividade, destacamos a presença da atividade turística, que reforça a ideia de diversificação de rendimentos, como resultado das atividades não-agrícolas. Santos também destaca a possibilidade de renda e de superação da crise enfrentada atualmente pelas famílias rurais: “o agroturismo e o

turismo rural podem se apresentar como alternativas de superação da crise atual enfrentada pelo setor primário” (2004, p. 31).

A prática do Turismo é bastante variável no espaço rural, uma vez que é possível realizar distintas atividades (de lazer, esportivas, contemplativas, etc.) e com diferentes fins, de acordo com a motivação de cada turista, como explicam Martínez e Monzonis *“hay que considerar que al espacio rural como un espacio que ofrece multiplicidad de opciones al turista”* (2000, p. 11). Visto que “os espaços rurais brasileiros são diversificados, extensos e complexos” (TRIGO, 2010, p. xxiii) e que os espaços rurais apresentam características históricas, geográficas, culturais, sociais, ambientais díspares e a diversidade do turismo no espaço rural tende a aumentar.

O TER caracteriza-se por ser uma atividade não agrícola, que pode ser executada nas propriedades concomitantemente, em maior ou menor proporção, com as atividades agropecuárias, de industrialização, comércio e serviços, permitindo às famílias a oportunidade de atividades variantes e rendas complementares ao seu orçamento. Santos afirma que:

O Turismo Rural caracteriza-se por satisfazer as necessidades de todos os envolvidos, ou seja, de quem oferece e de quem recebe, promovendo uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades rurais por meio da diversificação dos pólos turísticos, como oportunidade de novas fontes de renda, de diminuição do êxodo rural, como intercâmbio cultural e consciência ecológica (SANTOS. 2004, p. 30).

O espaço rural hoje se caracteriza em apresentar uma diversidade de atividades. Tal diversidade estimula a necessidade de transformação no modo de viver do produtor rural: a necessidade de obtenção de distintas rendas torna-se essencial para sua sobrevivência. E, sobretudo, a caracterização do espaço rural, como local apenas agrícola, aos poucos vai adquirindo um novo perfil.

5 – As propriedades rurais

A partir desse item serão expostos os resultados advindos das entrevistas realizadas nas dezessete propriedades rurais que desenvolvem o TER nos municípios de Bom Jesus, São José dos Ausentes e Vacaria.

Tabela 1: Propriedades rurais investigadas

	Propriedade	Município
1	Boschi Pesque Pague e Camping	Bom Jesus
2	Chácara dos Sonhos	
3	Fazenda do Cilho	
4	Fazenda Rancho Costa Brava	
5	Hotel Fazenda Trindade	
6	Pesque e Pague Truta Rodrivaris	
7	Pousada Fazenda Santa Cruz	
8	Pousada Cachoeirão dos Rodrigues	São José dos Ausentes
9	Pousada dos Tropeiros	
10	Pousada Fazenda Aparados da Serra	
11	Pousada Fazenda das Araucárias	
12	Pousada Fazenda dos Ausentes	
13	Pousada Fazenda Monte Negro	
14	Pousada Fazenda Morro da Cruzinha	
15	Pousada Flor de Açucena	
16	Sítio Vale das Trutas	
17	Capão do Índio	Vacaria

Fonte: Pesquisa de campo (2010-2011)

A maior concentração de propriedades que desenvolvem atividades turísticas está no município de São José dos Ausentes, as quais representam 52,9% do universo analisado por esse estudo. Bom Jesus vem em seguida, com 41,2% das propriedades e Vacaria contabiliza 5,9% delas.

5.1 – Localização, tamanho e história

A distância média entre Porto Alegre (capital do Estado) e a região dos Campos de Cima da Serra é de 300 km, contudo, a localização das propriedades é relativamente distinta, algumas chegam a estar a 45 km de sua sede municipal.

No que tange ao tamanho das propriedades, elas possuem extensões territoriais bastante variadas: 52,92% das propriedades possuem menos de 100ha; 23,52% possuem entre 201 e 500ha. Apenas uma propriedade ultrapassa mais de 2 mil hectares. A propriedade Fazenda dos Ausentes, localizada em São José dos Ausentes chegou a ter mais de 12 mil hectares, no entanto, as constantes divisões de terras por motivos diversos reduziram-na consideravelmente, tendo atualmente apenas 40 hectares. A divisão das propriedades é uma situação presente em 88,24% delas. Apenas 11,76% das propriedades não sofreram nenhuma divisão territorial.

No Brasil, as primeiras iniciativas organizadas de turismo no espaço rural referem-se ao município de Lages, no estado de Santa Catarina, que por sua vez inspirou-se nas experiências vivenciadas por alguns países europeus, como Itália, França, Portugal, Espanha. As práticas de TER brasileiro proliferaram-se a partir da década de 1990 (ZIMMERMANN, 1996; TROPIA, 1998; TULIK, 2010; TULIK, 2003). A inserção das atividades não-agrícolas, mais especificamente da atividade turística nessas propriedades, ocorreu entre os anos de 1990 e 2011. Das dezessete propriedades, três iniciaram suas atividades turísticas no ano de 1999. A propriedade Capão do Índio, em Vacaria é a que há mais tempo desenvolve atividades turísticas, desde 1990. O desejo do pai do atual proprietário foi a principal motivação para que a família percebesse a atividade turística como uma fonte de renda adicional à propriedade/família.

A permanência na mesma família e a sucessão de gerações na administração é uma característica das propriedades. Apenas duas propriedades estão na sétima geração. E sete propriedades estão na quarta geração da mesma família. Santos (2004) em sua pesquisa sobre a atividade turística em propriedades rurais da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, aborda o aspecto histórico. O autor explica que “isto indica um apego das famílias pelo seu patrimônio, mas ao mesmo tempo, não implica que as mesmas permaneçam residindo ou trabalhando no campo” (SANTOS, 2004, p. 78). No caso dos proprietários dos Campos de Cima da Serra, em 64,7% dos casos, eles permanecem residindo na propriedade. Porto Alegre é o local de residência de 11,76% deles. Os demais proprietários dividem-se entre outras cidades brasileiras.

No que se refere ao abastecimento de água, em treze propriedades, o abastecimento acontece a partir de vertentes, enquanto que quatro propriedades possuem poços artesianos.

5.2 – Os proprietários dos Campos de Cima da Serra

Ao que diz respeito às particularidades dos proprietários rurais, os homens são os proprietários em 58,80% das propriedades. As atividades administrativas são executadas pelos proprietários em 82,32% dos casos, enquanto que as esposas administram em apenas 11,76% dos casos. Filhos e irmãos administram 5,88% das propriedades. A

iniciativa da inserção das atividades turísticas partiu dos proprietários em 64,68%, de parentes próximos em 23,52%.

No que se refere ao estado civil dos proprietários, quatorze deles possuem relação estável ou são casados, dois são viúvos e apenas um é divorciado. Em relação à escolaridade dos proprietários, 29,40% possuem o ensino médio completo, enquanto que 23,52% possuem ensino superior.

Além das atividades administrativas junto às propriedades, os proprietários desenvolvem outras atividades profissionais: 52,92% são agropecuaristas; 35,28% são empresários. O número elevado de proprietários com atividades relacionadas à propriedade e às práticas agropecuárias avigora a opinião de que “grande parte deles sustenta-se única e exclusivamente do campo” (Santos, 2004, p. 71), situação muito semelhante à encontrada pelo mesmo autor em seu estudo na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul.

5.3 – As atividades agrícolas e não-agrícolas

Mesmo com a inclusão das atividades não-agrícolas, como o turismo, as atividades agrícolas (agricultura e pecuária) não foram abandonadas nas propriedades rurais dos Campos de Cima da Serra. A prática agrícola está presente em 82,36% das propriedades pesquisadas. Seis proprietários indicaram que as plantações são para consumo próprio e entre os gêneros alimentícios indicados estão: beterraba, cenoura, feijão, milho, alface, batata inglesa, cebola, maçã, batata doce, tomate abóbora, couve, laranja, pêsego, repolho e uva.

Em relação à pecuária, onze propriedades tem criação de bovinos de leite, dez propriedades criam bovinos de corte e oito propriedades criam bovinos de cria. Há também a criação de ovinos e outros animais de menor porte. Três propriedades não possuem nenhum tipo de criação. A presença do gado, seja de corte, cria ou de leite remete à história da própria região, quando imensos rebanhos criavam-se a solta na Vacaria dos Pinhais. A produção de leite é destinada para o consumo interno das propriedades, tendo produções bastante variadas, em 17,64% das propriedades não há produção leiteira.

5.4 – O Turismo no Espaço Rural dos Campos de Cima da Serra

Como já tratado antes, o espaço rural modificou-se durante os últimos anos, seus moradores não se ocupam mais de forma integral às atividades agropecuárias, as quais passaram a ser combinadas com as atividades não-agrícolas, internas ou externas às propriedades, atividades essas que possibilitam rendimentos complementares às famílias, necessárias para sua sobrevivência e até mesmo permanência no espaço rural. Silva destaca:

[...] concretizar a ideia fundamental de que o espaço rural não era mais um reduto exclusivo das atividades agrícolas e que as atividades de turismo e recreativas no meio rural poderiam se transformar numa importante fonte de renda (SILVA, 2010, p. xxvi).

As atividades turísticas no espaço rural são capazes de oferecer subsídios não apenas econômicos ao local, mas também ambientais, culturais e sociais. Tulik explica que “[...] o turismo rural foi uma alternativa para contornar problemas financeiros decorrentes das crises agrárias” (2010, p. 3), visto que nos últimos anos os proprietários rurais enfrentaram sérios problemas econômicos decorrentes da extinção dos subsídios governamentais para a agricultura e pecuária, forçando-os a buscar opções de renda que viabilizassem sua permanência no espaço rural. A opção pela inserção da atividade turística nas propriedades rurais dos Campos de Cima da Serra teve distintas motivações. A beleza natural na propriedade foi apontada por 82,32% dos proprietários. Diversificação da atividade econômica e melhoria da qualidade de vida foram apontadas respectivamente por 70,56% deles. Demanda para o turismo, aumento de rendimentos e preservação do patrimônio histórico da propriedade também foram motivadores.

Ao que tange à continuidade das atividades turísticas nas respectivas propriedades rurais, os fatores econômico e social foram os mais apontados. Para cinco proprietários a possibilidade de fonte de renda adicional foi o principal motivador. A convivência com pessoas diferentes foi apontada por quatro proprietários. Santos faz uma analogia entre os moradores do espaço rural e seu convívio com as demais pessoas, para o autor tal prática é mais complexa às pessoas que realizam apenas atividades agrícolas, “visto que a atividade primária o deixa muito isolado do convívio social” (Santos, 2004, p. 98).

Em relação ao modo de atendimento das propriedades, 94,12% oferecem serviços de hospedagem, apenas 5,88% oferecem refeições, equipamento e atrativos de animação para “passar o dia” na propriedade, no caso desta propriedade são oferecidos aos visitantes pesca e passeios a cavalo. A capacidade hoteleira (Unidades Habitacionais – UH’s – ou quartos) é variante nas dezessete propriedades pesquisadas. Em 64,68% das hospedagens o tempo de permanência é de 1 a 2 pernoites, 23,52% dos turistas permanecem de 3 a 4 dias e somente 5,88% permanecem de 4 a 5 dias nas propriedades rurais. Os hóspedes costumam retornar às propriedades de 1 a 2 vezes por ano em 82,32% das ocasiões. Entre as motivações atribuídas ao retorno podemos destacar: 88,20% pelo atendimento; 64,68% pelo descanso e fuga do estresse; 52,92% pelo contato com a natureza/campo.

Os hóspedes mais frequentes são aqueles originários do próprio estado do Rio Grande do Sul, assim como de outros estados brasileiros. Fucks e Souza assinalam alguns dos aspectos motivadores para o deslocamento urbano – rural das pessoas:

A motivação que ocasiona o deslocamento do turista ao mundo rural está ligada ao imaginário rural dos urbanos e à busca por espaços com valores ecológicos, simbólicos e culturais a apreciar, bem como por lugares autênticos, com belas paisagens, com níveis mais baixos de poluição, ruídos e agitação que as cidades, no intuito de resgatar a nostalgia da vida próxima à natureza, a memória e as raízes históricas no passado, de obter novas experiências e conhecimentos (2010, p. 100).

Entre as dificuldades para a permanência na atividade turística, o acesso (estradas) foi indicado por 64,68% dos proprietários. A falta de apoio governamental foi indicada por 52,92% dos proprietários, a sazonalidade foi apontada por 35,28%. Problemas financeiros, falta de divulgação, dificuldade de comercialização do turismo rural, distância/localização e mão de obra qualificada foram outras dificuldades apontadas. Em relação às perspectivas dos proprietários no que se refere aos resultados advindos da atividade turística em suas propriedades destacamos: 29,40% que consideram os resultados bons; 17,64% consideram-se satisfeitos; 11,76% consideram ótimos os resultados.

Para finalizar este estudo, torna-se necessário considerarmos algumas características que diferem Agroturismo de Turismo Rural. Refletindo sobre a maior ou menor importância econômica da atividade turística frente às atividades agropecuárias, podemos então classificar as propriedades dos municípios de Bom Jesus, São José dos

Ausentes e Vacaria quanto à modalidade do TER que praticam, tendo por base a definição proposta por Santos: “o agroturismo vê a atividade turística como uma receita complementar e o turismo rural tem no turismo sua principal fonte de renda” (2005, p. 122). Conhecedores de que existem outras linhas de análise, no entanto, consideramos para este artigo, o viés econômico apresentado por Beni, o qual esclarece que em propriedades onde os rendimentos advindos da atividade agropecuária (atividade agrícola) representam a maior fonte de rendimentos, e o Turismo (atividade não-agrícola) é considerado como fonte complementar de renda, configura-se o Agroturismo. E no caso de Turismo Rural, “[...] o turismo passa a ser então, a principal atividade produtiva” (Beni, 2007, p. 417).

Em 58,84% das propriedades pesquisadas nos Campos de Cima da Serra, a renda de maior relevância advém justamente da atividade turística, constituindo-se assim como uma propriedade que desenvolve Turismo Rural. Enquanto que em 41,16% das propriedades, os proprietários relacionam sua maior fonte de renda ao setor primário e que, a renda complementar é resultado das atividades turísticas desenvolvidas indicando, portanto a característica do Agroturismo. A predominância do Turismo Rural causa certa inquietação, e Santos alerta que:

A atividade produtiva é o fator mais importante na atividade turística, pois a inexistência de uma atividade produtiva inviabiliza a prática do Agroturismo, cujo atrativo principal são as atividades de campo (SANTOS, 2004, p. 120)

O cenário encontrado nos Campos de Cima da Serra é diferente ao encontrado por Santos (2004) em sua pesquisa junto à Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde o Agroturismo está presente em 71% das propriedades pesquisadas daquela região.

Considerações finais

O objetivo de inventariar e identificar as potencialidades turísticas do espaço rural desses municípios foi plenamente alcançado. As dezessete propriedades foram visitadas e seus proprietários entrevistados. A inserção da atividade turística nessas propriedades deu-se a partir da década de 1990, especialmente motivada pelo fator econômico (possibilidade de diversificar e complementar a renda). Essa motivação corrobora com a

análise final dessa pesquisa, que apresenta a prática do TER na região dos CCS marcada pela modalidade “Turismo Rural”, ou seja, a atividade turística é considerada a maior fonte de renda para os proprietários rurais. Tal resultado pode gerar preocupações, visto que as atividades agropecuárias são um diferencial, e um dos atrativos do Turismo no Espaço Rural.

Além desse estudo outros poderão advir. Estudos longitudinais por exemplo, analisando a permanência ou não das dezessete propriedades iniciais, assim como possíveis novas propriedades que desenvolvam o TER nos demais municípios desse COREDE, ou então que abordem a satisfação do turista sobre a região e/ou a geração de emprego e renda. A continuidade dessas pesquisas poderá contribuir para o crescimento e desenvolvimento das atividades turísticas no espaço rural na região dos Campos de Cima da Serra.

Referências

ATLAS SOCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conselhos Regionais De Desenvolvimento – Coredes.** Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>>. Acesso em: 15 jun. 2012

BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo.** 12ed. São Paulo: SENAC, 2007. COREDE Campos de Cima da Serra. Disponível em: <<http://www.coredeccs.com/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

ELESBÃO, Ivo. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural.** Barueri: Manole, 2010. p. 150-166.

ELESBÃO, Ivo. **O espaço rural brasileiro em transformação.** Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84_03.pdf>. Acesso em 30 jun. 2012

ELESBÃO, Ivo; SOUZA, Marcelino de. **Turismo rural: iniciativas e inovações.** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Corede Campos de Cima da Serra.** Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Camos+de+Cima+da+Serra>. Acesso em: 22 jun.2012.

FUCKS, Patricia M.; SOUZA, Marcelino de. Turismo no espaço rural e preservação do patrimônio da paisagem e da cultura. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural.** Barueri: Manole, 2010. p. 150-166.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 jun.2012.

MARTINÉZ, F.J.; MONZONÍS, J.S. **Alojamiento turístico rural: gestion y comercialización**. Madri: Sintesis, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS. Disponível em: <<http://www.bomjesus.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES. Disponível em: <<http://www.saojosedosausentes.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA. Disponível em: <<http://www.vacaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

ROTACAMPOS DE CIMA DA SERRA. Disponível em: <<http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 10.283, de 17 de outubro de 1994. **Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências**. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

SANTOS, Eurico de Oliveira Santos. **Agroturismo e turismo rural: alternativa econômica para a Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: FACOS, 2005.

SANTOS, Eurico de Oliveira Santos. **O agroturismo e turismo rural em propriedades da metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Orto Alegre: Pallotti, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SETUR– Secretaria Estadual de Turismo. **Campos de Cima da Serra**. Disponível em <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=2&mireg=16&fg=2>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

SILVA, José G. da. Apresentação. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. xxv-xxvii

TRIGO, Luis Gonzaga Godói. Prefácio. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. xxi-xxiv

TROPIA, Fátima. **Turismo no meio rural**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. 2-22

TULIK, Olga. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores associados, 2002.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis, edição do autor. 1996.